REFORMAS POMBALINAS DA EDUCAÇÃO: O ECLETISMO DA ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA

Vicente Buonadio Neto- UFSCar¹
João Virgílio Tagliavini- UFSCar²

RESUMO: As reformas pombalinas da educação mudaram totalmente o panorama educacional português e brasileiro, por criar o primeiro sistema público de ensino, rompendo com a hegemonia educacional dos Jesuítas. Nós analisamos as mudanças ocorridas a partir de 1759 até 1772, período que marca a promulgação do alvará que criou o novo sistema educacional até a reformulação dos estatutos da Universidade de Coimbra, através das interpretações análises de fontes primárias e secundárias. Partindo do pressuposto teórico do materialismo histórico, para compreender a ascensão da burguesia sobre a nobreza em Portugal, discutir e analisar como se desenvolveu o ecletismo da ilustração portuguesa, dentro das reformas pombalinas da educação.

Palavras-Chave: História da educação. Reformas Pombalinas da educação. Iluminismo.

ABSTRACT: The Pombaline reform of education totally changed the brazilian and portuguese educational panorama by creating the first public school system breaking Jesuit's educational hegemony. We analyzed the changes occurred from 1759 until 1772, period that mark the promulgation of permit that created the new educational system until the recasting of the statutes of Coimbra University through interpretations analysis of primary and secondary sources. On the assumption theoretical of the historical materialism to understand the rise of bourgeoisie over the nobility in Portugal, discuss and analyze how it developed the eclecticism of Portuguese illustration inside the Pombaline reforms of education.

Keywords: History of education. Pombaline education reforms. Enlightenment.

¹ Mestrando em educação pela Universidade Federal de São Carlos- UFSCar. Professor de História em escolas particulares no ensino fundamental, médio e cursinho na cidade de São Carlos. Email: vb.neto86@yahoo.com.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. - UFSCar

1- Introdução:

A Europa do Século XVIII estava passando por grandes mudanças ideológicas, sociais e econômicas, o Iluminismo crescia como ideal influenciador em todo continente, fazendo um rompimento definitivo com o mundo teocêntrico da Idade Média e fundando as bases do antropocentrismo, que influenciou nossa sociedade até os dias atuais. Em vários países que já haviam rompido totalmente ou em partes com a igreja esses ideais antropocêntricos floresciam com mais facilidade, como na Inglaterra, França e Alemanha. Ao lado do protestantismo, o iluminismo condizia com os interesses da burguesia, que estava ansiosa para tomar o poder político definitivo na Europa.

Portugal era um estado absolutista atrasado economicamente, com uma classe burguesa fraca. Tinha dependências econômicas com a Inglaterra desde o começo do século XVIII. Assim, não conseguia evoluir suas manufaturas, pois não tinha condições de competir com as manufaturas inglesas. Em Portugal a igreja sempre teve grande poder de influência, o que dificultava a entrada desses ideais antropocêntricos do Iluminismo. Esse poder da igreja se expressava, sobretudo por meio do monopólio educacional que a Companhia de Jesus tinha em todo reino, em todos os níveis educacionais. Tratava-se de uma ordem criada no renascimento, a partir da reforma católica³, para conter o avanço do protestantismo, e catequizar os povos recém dominados por Portugal na América. Mesmo com todos esses impulsos negativos na coroa portuguesa, os ideais do iluminismo, acabaram entrando em Portugal. Aos poucos foi tomando forma um iluminismo português que foi denominado de ilustração portuguesa.

O movimento ilustrado em Portugal entrou em ascensão no reino com a posse do Marquês de Pombal como primeiro ministro do rei D. José I. Pombal, que era um diplomata português, já tinha tomado contato com essas idéias iluministas em outros países, pois ele trabalhou em vários desses países na Europa, como Áustria e Inglaterra. Países onde a burguesia e os ideais iluministas já estavam se consolidando. Ao assumir o cargo em Portugal, Pombal consolidou o despotismo esclarecido, que era uma conciliação entre a política absolutista e os ideais do iluminismo.

³ Reforma Católica que já tinha se iniciado a partir do século XI, com algumas mudanças que já estavam acontecendo na igreja.

Pombal, preocupado em modernizar Portugal economicamente mediante o fortalecimento do estado no mercantilismo da época, empreende uma série de reformas no reino. Uma das suas principais foi a reformulação educacional em Portugal, que começou no alvará de 1759, documento que expulsava os jesuítas de todo o reino e em contrapartida, criava um ensino secundário público em sua substituição.

O objetivo desse trabalho é desvendar de que maneira os idéias iluministas estiveram presentes na reforma educacional portuguesa do século XVIII. Em outras palavras, procuramos investigar em qual medida a reforma empreendida pelo Marquês de Pombal significou, um rompimento ao modelo educacional anterior. Em suma, no interesse de desvendar as características da educação pombalina. Para isso realizamos uma análise da história educacional do período das reformas Pombalinas, de 1759 a 1772, interpretando documentos históricos como alvarás régios que tratavam da educação na época, juntamente com a bibliografia de autores clássicos que estudaram o período. Sobre o ponto de vista teórico do materialismo histórico que a vê a evolução da sociedade como uma luta de classes e analisa a história social inserida nos modos de produção hegemônicos de cada período. Vendo as reformas pombalinas da educação como uma mudança necessária para a formação e fortalecimento da burguesia no reino, inserido num contexto mercantilista que favorecia o rei absolutista, mas que permitiu a acumulação primitiva de capital da burguesia para tomar o poder no início do século XIX em Portugal.

2-Reformas Educacionais

O primeiro ministro do Rei D. José I, Marquês de Pombal que foi o grande promotor das reformas ocorridas no séc. XVIII em Portugal, dentro dessas reformas dá muita ênfase na reformulação educacional. Reformas que não foram realizadas apenas para a substituição de um vácuo educacional, mas sim para suprir uma necessidade propiciada pela expulsão dos jesuítas e pelas conjunturas da sociedade na época, com a consciência e a necessidade de formar novos intelectuais para manutenção do estado português. Pois para Pombal a reformulação educacional tinha um papel muito importante, tanto que *seu primeiro alvo-a educação, pois esta era base, afinal de contas, da formação dos intelectuais: os dois aspectos a serem transformados, uma vez libertados da tutela dos jesuítas.* (Falcon, 1993 p.433)

Por trás das reformas econômicas de Pombal que ansiava a modernização para um mundo mercantilista, nós tínhamos uma forte preocupação com a educação para formação de novos intelectuais em Portugal, pois afinal de contas foi à primeira vez na história que o estado português se preocupou em fornecer uma educação secular, ou seja, pública para os seus súditos.

Quando Pombal chegou ao poder, sua preocupação com a reformulação da economia Portuguesa foi enorme, e para reformular a economia do reino ele precisou de novos profissionais aptos, por isso antes de empreender uma reforma que abrangesse toda educação em Portugal, ele criou a “junta de comércio”. Como Carvalho nos mostra,

Pombal antes de pensar na formação dos teólogos, canonistas, advogados e médicos – problema que não foi estranho aos propósitos do gabinete de D. José I – cuidava preliminarmente de amparar o trabalho econômico por intermédio da criação de uma escola destinada a formar a “elite” indispensável ao progresso financeiro das empresas e dos grupos que a política monopolista do novo governo planejava e organizara, ao pretender motivar o acúmulo de riquezas individuais de tal forma que as novas condições econômicas melhor pudessem satisfazer aos reclamos dos interesses estatais. (Carvalho 1978 p.43)

Com essa necessidade de formar uma elite econômica preparada em Portugal, e verdadeiros comerciantes, Pombal cria a escola de comércio, seguida pela criação da Escola Náutica na cidade do Porto, onde os alunos aprendiam *caligrafia, contabilidade, escritura comercial e línguas modernas*. (Hilsdorfe p. 21)

Outra escola criada por Pombal logo de imediato foi o colégio dos nobres que buscava

a formação do perfeito nobre, arquétipo pedagógico que a política pombalina erigiu como correlato e complemento do perfeito negociante: tipos ideais, aliais que embora aparentemente diversos, se integravam harmonicamente nos propósitos do absolutismo iluminista do gabinete de D. José I. (Carvalho 1978, p.45)

Além de amparar a nobreza que estava em declínio com a decadência do feudalismo colocando através dessa formação profissional para ocupar cargos burocráticos no reino, ele dava para esta, a oportunidade, de se “aburguesar” para o fortalecimento da elite mercantil em Portugal. Pois comparando com a Inglaterra que já havia rompido com o absolutismo, Portugal tinha ainda um alto número de nobres que

estavam diretamente ligados ao estado e dependiam desse órgão para a manutenção de seus privilégios. Pombal ao criar a escola dos nobres, conseguia, além de formar esses nobres para servir as demandas de cargos estatais que o estado oferecia com a criação de monopólios comerciais e indústrias, e engajá-los na nova ordem mundial pré-capitalista que estava surgindo na Europa.

Com o passar do tempo Pombal empreende uma reforma educacional que abrange todas as áreas do ensino português, reformulando desde o ensino secundário, até o universitário. No nível secundário ele cria as aulas régias,

A reforma dos estudos menores foi iniciada pelo alvará de 28 de junho de 1759, que trata dos estudos de latim, grego, retórica, hebraico, abolindo as escolas dos jesuítas e estabelecendo nas aulas e estudos das letras uma geral reforma (Falcon 2003, p. 432)

Instituindo uma educação pública, mantida pelo Estado, fato que até a época era desconhecido na história Portuguesa. Educação esta com funcionários públicos (professores e diretores) que seriam mantidos com o dinheiro de impostos, e controlados pelos interesses do estado. Alguns anos depois para manter essa nova educação a coroa cria o subsídio literário, imposto que serviria para manter e expandir esta nova educação, em Portugal e no Brasil.

A reforma universitária espera mais alguns anos, mas em 1772 definitivamente será concretizada como ponto de destaque na realização efetiva dos ideais iluministas das reformas. Com a renovação dos estatutos da universidade o Marquês remodela os cursos, a pedagogia e a estrutura da universidade.

O que possibilitou a,

criação das faculdades de matemática e de filosofia e toda uma série de estabelecimentos anexos: horto, museu, laboratório, observatório, teatro anatômico, e etc.; a revisão dos currículos, programas, compêndios e a redução dos cursos das faculdades de teologia, direito, medicina, dentro do espírito mais moderno; as exigências rigorosas quanto ao ingresso frequência e exame, para alunos e professores. (Falcon 1993, p.438)

3-Reformas Pombalinas: Conservadorismo, iluminismo, ou ecletismo

A primeira vista temos a falsa percepção de que as reformas Pombalinas foram pautadas sobre um iluminismo ortodoxo, pois a expulsão dos jesuítas e a formação da

ilustração portuguesa já confirmariam a tentativa de um estado laico, que estava tirando todo o poder da igreja, minando o poder dos nobres para a ascensão da burguesia, modelo de um Estado como muitos pensadores do iluminismo previam e desejavam. Analisando os documentos da época percebemos que as reformas em Portugal se concretizam através de uma mistura de ideais, pois Portugal abre os braços para o Iluminismo Europeu, para a racionalidade e para as ciências modernas, mas não rompe com os ideais religiosos da fé católica. Ao mesmo tempo queria impulsionar o estado para se tornar uma potência comercial da época que representasse os ideais mais latentes da burguesia.

Além de buscar o fortalecimento do poder absolutista, que garantiu os privilégios que estavam sendo ameaçados da nobreza, desde a decadência do sistema feudal com a ascensão econômica da burguesia. Toda essa convulsão de ideais e de acontecimentos formara a ilustração portuguesa e as reformas educacionais empreendidas pelo marques de Pombal. Que segundo Carvalho (1978, p.79), *foi um cosmos político, que à sombra do direito civil e canônico vigente, procura encontrar a equação legal e legítima que melhor corresponda às suas necessidades de sobrevivência.*

4-Reforma Conservadora

Pombal apoiado pelo Rei D. José I tinha verdadeiramente um ideal de mudança para o Estado português, querendo implantar os ideais iluministas? Ou queria empreender uma série de reformas conservadoras para época que até poderiam ser consideradas retrogradadas, ao invés de serem progressistas como eram considerados estes ideais do iluminismo na época?

Alguns autores comentam que as reformas pombalinas foram conservadoras, ou seja, não representava na realidade, uma tentativa do Marquês de Pombal em reformar a educação portuguesa para o progresso que os iluministas acreditavam, mas sim representava um retrocesso para época, pois para estes a Coroa, não tinha a verdadeira intenção de reformular a educação portuguesa. Esses autores defendem que ela só empreendeu essas reformas por causa da lacuna deixada pela expulsão dos jesuítas.

Não foi pelo espírito libertador e igualitário que Pombal empreendeu a reforma educacional por meio de mestres e professores seculares, mas pela necessidade, além de preencher o extenso vazio deixado pela expulsão dos jesuítas, preparar homens suficientemente capazes para assumir postos de comando no Estado absolutista (SECO 2007, p.5)

Analisando o alvará de vinte e oito de junho de 1759⁴, nós percebemos o teor do conservadorismo, principalmente quando o rei D. José I cita:

Sou servido da mesma sorte, ordenar, como por este ordeno que no ensino das classes, e estudos das letras humanas haja uma geral reforma, mediante a qual se restitua o método antigo, Reduzido dos termos claros e de maior facilidade, que se pratica atualmente pelas nações polidas da Europa. (BANHA 1758, p.159)⁵

Neste trecho o Estado Português deixa as claras as suas verdadeiras intenções para com a reforma educacional, mostrando seu desejo de “restituir o methodo antigo”, ou seja, restaurar um passado glorioso do humanismo renascentista português⁶, das grandes navegações em Portugal, resgatando aquele passado heróico do pioneirismo naval de Portugal. O rei não tinha nenhum interesse em um primeiro momento, de implantar um novo método iluminista, ou seja, progressista com a expulsão dos jesuítas⁷. Em outra parte desse mesmo alvará a Coroa também deixa claro esse pensamento retrógrado e o seu repúdio a educação Jesuíta.

Desejando eu não só reparar os mesmo os mesmos estudos para que não acabem de cahir na total ruína, a que estavam proximos; mas ainda restituir –lhes aquelle antecedente lustre, que fez os portugueses tão conhecidos na República das letras, antes que os ditos religiosos se intromettessem a ensinillos com sinistros intetntos, e infelices sucessos (BANHA 1978, p.158)

⁴ Alvará que expulsa os Jesuítas do reino, e implanta uma nova educação secundária em Portugal e no Brasil.

⁵ A linguagem do alvará é um pouco diferente da nossa, atual, pois foi escrita no português de Portugal em 1759, por isso tem algumas diferenças no modo de escrever.

⁶ Humanismo português que vai ficar eternizado por Camões que escreve a obra “Os Luisíadas”, com influência da cultura clássica Greco-Romana.

⁷ Os iluministas acreditavam em ideal progressista, eram otimistas com o ser humano, achavam que a sociedade ia sempre progredir através da igualdade e da liberdade.

A Coroa atribui todos os males da educação aos jesuítas, como fica claro nos trechos aqui citados do alvará. No entanto os fatores que contribuíram para expulsão desta ordem em Portugal não foram apenas educacionais, e sim interesses e conflitos políticos, que não são especificados no alvará. Os jesuítas são expulsos da colônia, pois, seus interesses entravam em conflito com os colonos que queriam escravizar os índios, e porque Pombal queria libertar os índios das missões, não para escravizá-los, mas para incentivar o povoamento do território brasileiro. Carvalho (1978, p.79) faz um comentário muito esclarecedor a esse respeito, mostrando as verdadeiras intenções da reforma de Pombal.

Enganar-se-ia o historiador que nela visse a primeira ou uma das primeiras manifestações de ensino planejado e realizado por força exclusiva dos ideais de um programa de secularização das instituições educacionais. Os objetivos que conduziram a administração Pombalina à criação das aulas régias foram, ao contrario do que pensavam os que se preocupavam mais com a aparência do que com a realidade, um imperativo da própria circunstância histórica.

Percebemos que as reformas pombalinas em um primeiro momento, não tinham um caráter inovador, não buscavam implantar mudanças do iluminismo na educação. Essas primeiras mudanças foram para criar uma educação que substituiria a dos Jesuítas, pois o Estado não poderia deixar o reino Português sem nenhuma educação oficial, ou seja, a mudança inicial veio mais pela expulsão dos Jesuítas do que pela vontade de criar uma nova educação pautada nos moldes dos pensadores iluministas.

Nós continuamos a verificar esse conservadorismo no alvará de 1759, quando Carvalho (1978, p.80) nos mostra novamente que o alvará ao se referir a Verney e aos Oratorianos que foram os pais das reformas, quando cita que, “O método para o ensino do latim, que essencialmente é o mesmo recomendado por Verney e pela gramática dos Oratorianos é expressamente nomeado no alvará como antigo”. Ou seja, para a coroa as modernizações empreendidas por Verney e pelos oratorianos eram vistas com um olhar de retrocesso, e não de progresso apesar das críticas que esses autores realizavam ao Renascimento em suas obras.

5-Conservadorismo Religioso

Um trecho interessante do alvará confirma esse conservadorismo, pelo aspecto religioso, de manutenção dos ideais da fé católica advindos da igreja. Nele a Coroa deixa claro sua desconfiança no método jesuíta, mas firma sua proteção a essa fé católica.

Método dos sobreditos Religioso, de nenhuma sorte se lhes deve confiar o ensino , e educação dos meninos e moços, depois de haver mostrado tão infaustamente a experiência por factos decisivos, e exclusivos de toda a tergiversação , e interpretação, ser, a doutrina, que o governo dos meninos religiosos faz dar aos alunnos das duas classes, e escolas sinistramente ordenada á ruína não só, das artes , e Sciencias, mas até da mesma monarquia , e da religião que nos meus reinos, e domínios devo sustentar com a minha real , e indefectível proteção. (BANHA 1978, p.159)

Além de responsabilizar os jesuítas pela ruína da educação, das ciências, da própria religião e da monarquia portuguesa o rei deixa claro que o seu dever é o de proteger o povo e a religião, contra o fantasma dos jesuítas, ou seja, ele não busca um rompimento com a Igreja como muitos pensariam por se tratar de reformas iluministas⁸. Ele se coloca como responsável por manter o catolicismo forte e supremo em Portugal, de uma igreja Portuguesa e não romana. Neste trecho do alvará já transparecem algumas das verdadeiras intenções do monarca português na realização das reformas, indo contra os jesuítas por motivos políticos, mas garantindo o poder da Igreja firme e forte, e querendo resgatar um orgulho português advindo do humanismo renascentista causado pelo pioneirismo expansionista das grandes navegações, séc. XV XVI.

Em outro documento emitido pela coroa no mesmo ano do Alvará de 1759 denominado de “Breve Instrução para ensinar a Doutrina Christã, ler e escrever aos meninos e, ao mesmo tempo os princípios da igreja de 1759”, nós temos algumas constatações significativas confirmando o aspecto religioso que a reforma manteve. Esse documento era destinado aos professores primários, no qual os mestres das escolas do estado eram instruídos sobre a forma correta de ensinar, como um manual, as instruções faziam menção ao ensino da Língua Portuguesa, baseado sempre nos preceitos do catolicismo e nos dogmas da Igreja. Esse manual abrange temas como

⁸ A maioria dos filósofos do iluminismo realizou uma forte critica ao poder da igreja católica na sociedade, e pregava o rompimento com essa instituição.

catecismo da igreja católica, tempos verbais, gramática portuguesa até valores de ordem moral e de etiqueta.

O ensino da língua portuguesa estava vinculado ao da doutrina cristã. Dessa forma, era muito comum justificar o aprendizado do português como necessário para compreensão do cristianismo e do latim⁹. Quando este exemplifica as instruções aos mestres das escolas, seus objetivos ficam bem expressos, principalmente no início do documento:

He inegável que os mestres das escolas exercitão a ocupação mais nobre e mais útil ao estado e a igreja, porque elles são quem nos infundem no espírito as primeiras imagens e os primeiros pensamentos que devemos ter do santo temor a Deos, da obediência ao Rey e aos ministros repectivos, do amor e respeyto aos nosso mayores do affecto necessário a pátria e aos interesses da monarquia. (BANHA 1978, p.122).

6-Inquisição, Real Mesa Censória: Fortalecimento do Estado, frente ao poder religioso

Pombal toma o controle da inquisição¹⁰, transformando esse órgão de repressão em Estatal, ou seja, passou a utilizar a inquisição como tribunal dos interesses do próprio Estado. Seguindo esta política repressiva e autoritária ele cria a Real Mesa Censória, com objetivo de fortalecer e organizar as reformas, atribuindo a este órgão, o poder de controlar e fiscalizar todas as regras que tivessem sido implantadas. Fiscalizando e enviando para a inquisição como herético, todo aquele que usasse ou portasse livros proibidos pelas novas leis (censura de livros), ou desrespeitasse as normas vigentes *dos vários setores de atuação a da real mesa sensória o aspecto mais interessante foi com absoluta certeza a censura literária*. (FALCON 1993, p.443).

Para oficializar a censura de livros o estado Português chegou a fazer uma lista dos livros proibidos em Portugal na época,

⁹ Língua oficial da igreja católica; influencia que veio dos romanos, pois quando a igreja se torna principal religião do império romano ela oficializa o latim como a língua oficial da Igreja Católica do Ocidente. Todos os cultos e orações eram feitos nessa língua.

¹⁰ Inquisição Era um órgão criado pela igreja para combater, julgando e matando, quem ela considerava herege, ou seja, infiel, contra a fé cristã.

Na lista que acompanha este edital estão as obras de Bayle, Rousseau, Spinoza, Voltaire, Hobbes, Diderot, La Mettrie, Shaftesbury, Mandeville, Toland etc. Cioso de suas prerrogativas, procurou o gabinete de D. José I evitar que o empenho com que se atirou na disputa com os inicianos pudesse favorecer aos adversários sempre prontos a indicar o germe de manifestações doutrinárias nocivas aos interesses da fé católica. Daí o afoito cuidado com que se houve a Mesa Censória ao incluir na relação dos livros proibidos todos aqueles que pudessem permitir aos adversários do pombalismo suposições de compromisso com a ideologia dos iluministas avançados. (CARVALHO 1978, p.156)

Todo livro que fosse contra os interesses da reforma seria proibido em Portugal e consequentemente no Brasil e em suas colônias.

Falcon (1993, p.441) comenta que na reforma *a inquisição como bem o compreendera D. Luiz da Cunha era uma instituição que a monarquia não poderia dar ao luxo de extinguir*. Ou seja, ela era necessária para a monarquia manter a ordem e o caráter conservador das reformas. Assim o Estado controlando o poder de atuação da inquisição, se fortalecia cada vez mais como um estado absolutista. Dessa forma a *governança Pombalina caracterizou-se pelo esvaziamento do poder eclesiástico, pelo menos, sua submissão total a autoridade monárquica*. (FALCON 1993, p.441). É importante ressaltar que a reforma educacional não rompe com a igreja, e sim subordina-a ao poder do estado absolutista. Dessa forma a censura literária da época foi usada mais para servir e garantir os interesses do Estado absolutista, do que os interesses da própria igreja. Isso marca uma mudança de poderes muito significativa em Portugal, pois ao mesmo tempo em que a igreja perdeu poder de controle na área educacional do estado, este Estado cada vez mais fortalecido foi assumindo o controle dessa esfera educacional e religiosa.

7-Reformas Iluministas

Apesar de todo o conservadorismo das reformas de Pombal, elas se concretizaram como reformas de cunho iluminista, ou seja, de mudança educacional na busca pelo pensamento racional, representando uma grande mudança na educação da época. Só o fato de o Estado português ter criado uma nova educação secular, pela primeira vez na história de Portugal, e o fato deste subjugar a Igreja, minando o seu controle sobre a educação, já se concretiza em um avanço tremendo para época.

Carvalho (1978, p.84) ao analisar os primeiros alvarás e ver as verdadeiras intenções da coroa, conclui que:

Se a conjuntura política impôs, ao gabinete de D. José I, a necessidade de uma reforma, a crise entre a tradição e a modernidade em todos os setores porque se manifestou, deu-lhe o rumo inicial de uma política pedagógica que, se até agora se apresentou como um programa de recuperação de um ideal perdido, a partir deste momento, foi aos poucos se enriquecendo, por força das condições advindas da nova situação econômico-social e das repercussões da ideologia iluminista na mentalidade Portuguesa.

Com o passar do tempo os ideais iluministas se espelham pelo reino português. Prova disso são os estatutos da Universidade de Coimbra reformulados em 1772. Nestes percebemos que, estas reformulações já estavam bem mais enquadradas aos moldes iluministas da época.

a rejeição total categórica, de todo aristotelismo, um novo método, sintético analítico, demonstrativo e compendário; a não perpetuidade de qualquer autor adotado; a libertação completa da autoridade apostólica e o anti-ultramontano; o regalismo¹¹ e segundo outro, o febronianismo; a criação das faculdade de matemática e filosofia e de toda uma série de estabelecimentos anexos (FALCON 1993, p.438).

Nas reformas de 1772, vimos importantes mudanças que caracterizam o rompimento definitivo das amarras do Renascimento, com a entrada de Portugal em uma nova era Iluminista. A partir da rejeição total ao aristotelismo dos jesuítas, e da libertação total do controle ideológico da autoridade da Igreja de Roma sobre a educação Portuguesa, onde, definitivamente, *a metodologia eclesiástica dos jesuítas é substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica*. (MACIEL 2006, p.470)

Analisando a criação do colégio dos nobres e dos comerciantes, concordamos com Carvalho (1978), pois comprovamos a sua idéia de que, as necessidades econômicas e sociais, juntamente com a ideologia iluminista foram mudando a sociedade portuguesa e impelindo às reformas educacionais. A criação da escola dos nobres foi necessária para que *a nobreza pudesse receber a educação condizente com o seu estado e com os interesses políticos, econômicos e militares do reinado* (CARVALHO 1978, p.143). Com a escola dos comerciantes que pretendeu formar o homem apto para o comércio, fortalecendo a burguesia no mundo mercantilista da época.

¹¹ Subordinação da igreja ao estado

A necessidade de desenvolvimento de uma burguesia lusa para acompanhar o desenvolvimento burguês mundial, promove a entrada de Portugal nessas *novas situações econômicas e sociais* comentadas por Carvalho (1978). Dessa forma, percebe-se que as condições históricas internas e externas de Portugal, impeliram o Estado à adotar idéias iluministas. Os documentos e os fatos posteriores ao primeiro alvará nos comprovam que Portugal acaba adotando, com o passar do tempo, cada vez mais os ideais iluministas dentro da sua própria esfera reformista.

Um exemplo disso é a criação do cargo de Diretor Geral dos estudos. Quando são dadas as atribuições para este cargo pela Coroa, nós percebemos claramente uma preocupação com o progresso da educação em Portugal, principalmente quando analisamos a segunda atribuição da Coroa a esses novos funcionários: *O mesmo diretor ter cuidado de averiguar com especial exatidão o progresso dos estudos para me poder dar no fim de cada anno huma relação fiel do estado delles, ao fim de evitar os abusos que se forem introduzidos.* (BANHA 1978, p.160) Essa nova educação, não fora criada pelo Estado, simplesmente para substituir o modelo jesuíta, pois neste trecho fica claro que o Estado passou a se preocupar com a qualidade do ensino oferecido.

Outro fato interessante destes documentos de 1759, que continua comprovando as mudanças educacionais rumo ao progresso iluminista, é a importância que a coroa dá ao ensino da retórica neste primeiro alvará.

E porque sem o ensino da Rethorica se não podem habitar os que entrarem nas universidades para nellas fazerem progresso, ordeno que , depois de haver passado anno e meio contado dos dias em que se estabeleceram estes estudos nos sobreditos lugares, niguem seja admitido a matricularse na universidade de Coimbra em alguma das ditas quatro faculdade maiores, sem preceder exame de rethorica feito na mesma Cidade de Coimbra perante os deputados para isso nomeados pelo, Director, do qual conste notoriamente a sua aplicação, e aproveitamento.(BANHA 1978, p.163)

Esta nova ordem relatada vetava todos os alunos que não passassem no exame de retórica de entrar e realizar seus estudos na universidade de Coimbra, órgão que representava o ensino superior em Portugal. Fato que demonstra a importância dada pela Coroa para essa matéria.

Em outro documento da época, denominado de “Intrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e

mandadas publicar por, El Rey Nosso Senhor de 1759”, a Coroa deixa claro quais eram seus objetivos a partir da ênfase dada ao ensino de retórica em Portugal. Na primeira instrução aos professores de Retórica desse documento está escrito:

He pois a Rhetorica a arte mais necessária no Commercio dos Homens, e não só no púlpito, ou na advocacia como vulgarmente se imagina. Nos discursos familiares; nos Negócios públicos; nas disputas ; em toda a ocasião em que se trata com os Homens, he preciso conciliar lhes a vontade; e fazer não só que entendão o que lhes diz; mas se persuadão do que lhes diz, e o aprovevem(BANHA 1978, p.178)

Fica clara a importância dada pela Coroa ao comércio, denominando este como a arte mais necessária. Assim, o ensino de retórica estava ligado ao desenvolvimento do comércio, pois a ênfase e a importância dada a este ensino tinham como objetivo principal, a necessidade de formar novos comerciantes aptos para os novos tempos em Portugal.

Ribeiro Sanches pensador iluminista francês que vem para Portugal, ganhou grande destaque no ideário das reformas pombalinas, com sua obra *Cartas para a educação da mocidade*, que realizava uma forte crítica ao poder da Igreja sobre a educação, pregando as idéias de racionalidade, de sujeição da Igreja ao estado absolutista, que propunham uma nova educação secular, para manter a ordem social, que era totalmente condizente com a ideologia burguesa da época. Nos seus textos encontramos até os famosos ideais de liberdade e igualdade da Revolução Francesa.

Suas críticas a intolerância religiosa e seus ideais a respeito da religião estão muito mais próximos da concepção teológica dos iluministas do que do teologismo Regalista de Antonio Pereira Figueiredo. Não se poderá, entretanto, apreciar decididamente o significado do Pombalismo sem ter presentes as sugestões inúmeras que Pombal e seus homens encontraram neste livro e transformaram em normas de ação . se Pombal foi como pretende Antonio Sérgio, o homem de ação da elite estrangeira, Ribeiro Sanches foi talvez quem melhor , no aspecto político indicou as diretrizes da ideologia iluminista que a situação portuguesa reclamava.
(CARVALHO, 1978, p.97)

Ou seja, Ribeiro Sanches foi responsável por trazer uma grande parte dos ideais iluministas Europeus para Portugal, sendo muito utilizado por Pombal na implantação das reformas. Principalmente na reformulação do ensino universitário em

1772, momento em que as reformas alcançaram seu ponto mais elevado de ideologia iluminista.

Nas reformas Pombalinas da instrução Pública, prevaleceu o ponto de vista dos ecléticos e inovadores, quer seja no setor dos estudos menores nos quais novos autores e métodos foram adotados como o pensamento numa renovação literária, quer seja ainda nos estudos maiores-a teologia do direito, a medicina e a filosofia que perseveraram manter-se ainda, em pleno século das luzes, dentro da redigida construção escolástica das reformas. As reformas foram desta forma, um esforço no sentido de colocar as escolas portuguesas em condições de acompanhar com êxito o progresso do século. (CARVALHO 1978, p. 51)

8-Conclusões

Nós concluímos que as reformas foram ecléticas, pois aglutinaram aspectos do conservadorismo do rei absolutista querendo controlar e manter o poder em suas mãos, da manutenção da ideologia religiosa e do iluminismo antropocêntrico da época.

O conservadorismo do Rei se deu através do controle que esse exerceu com mãos de ferro, sobre a educação, pois esta educação foi criada e gerida pelo próprio estado. Um dos fatos que demonstram esse controle conservador sobre as reformas, foi a criação da Real Mesa Censória, que realizava uma forte censura literária e repressão, através da inquisição que na época representava os interesses do próprio Estado. O ponto chave desse conservadorismo vinha do poder que a fé católica exercia sobre a coroa, pois o rei apesar de romper com a Igreja, não rompeu com a fé Católica, pois em todos seus documentos e alvarás ele enaltece o cristianismo e a fé católica como a verdadeira fé, e se coloca até como um ser responsável por manter essa fé em seu reino. Ele rompe com a igreja romana, mais não com a fé na religiosidade cristã que já estava incrustada no reino português. Dessa forma, podemos concluir que apesar do iluminismo ter ingressado em Portugal, ele se concretizou através de uma conciliação com os valores teocêntricos impostos pelo estado absolutista.

Mas paralelamente a todo esse conservadorismo, a educação portuguesa progrediu muito, pois as reformas mudaram totalmente o panorama educacional português. O fato de Portugal criar uma escola pública mesmo com muitas deficiências, representa um grande progresso para época, pois essa educação liberta do monopólio da Igreja, mesmo com muitos aspectos de um conservadorismo religioso, conseguiu aos poucos evoluir e realizar mudanças iluministas. É o caso da reforma universitária, feita

nos estatutos da Universidade de Coimbra em 1771. Dentro dessa reestruturação na Universidade de Coimbra, temos como pontos básicos, a reformulação do vestibular para ingressar na Universidade, reformulação das matérias e dos cursos, e a construção de alguns laboratórios que permitiram a modernização da Universidade. Essas novas práticas educacionais possibilitaram uma educação baseada nas ciências modernas do iluminismo.

Reformas baseadas em autores que criticavam a ordem vigente do monopólio educacional da Igreja e buscavam uma educação reestruturada no iluminismo como Verney e Ribeiro Sanches. Sanches, por exemplo, é um dos grandes influenciadores da reforma Universitária empreendida por Pombal. Com textos que pregaram até os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que vão ficar eternizados como ideais iluministas pela Revolução Francesa de 1789.

Mesmo a reformulação do ensino secundário já foi um grande progresso, pois nesse novo ensino ficou marcante o incentivo dado ao estudo da língua materna (português), rompendo com o latim que era a língua religiosa da época, ou seja, deixando o latim em segundo plano. O ensino de retórica também foi um passo muito importante, principalmente pelo enfoque que a coroa dá a esta matéria em seus documentos, ordenando que todos os candidatos a uma vaga na Universidade de Coimbra deveriam dominar a arte da retórica, que era segundo a coroa, fundamental para formação do perfeito comerciante.

Dentro da formação do perito em comércio se enquadrava também a criação das escolas específicas, como a dos nobres e a dos comerciantes, com matérias que advinham da ciência antropocêntrica do iluminismo. Dessa forma, fica clara a pretensão do estado em formar uma classe burguesa forte no reino para modernizar Portugal, classe que sempre esteve condizente com os ideais do iluminismo. Conclui-se que as condições históricas, sociais e econômicas da Europa impeliram Portugal para o iluminismo Europeu. Demonstrando toda a complexidade que foram as reformas educacionais pombalinas nós percebemos todo seu teor eclético.

9-Referencias

ALVES, G. L. **As Reformas Pombalinas da instrução pública no Brasil Colônia:**

Mapeamento prévio para produção do estado da arte em educação.

Disponível<www.histedbr.com.br> acesso em 29/05/2007.

BANHA DE ANDRADE, A. A. **As reformas pombalinas dos estudos secundários no Brasil.** São Paulo: Saraiva/Edusp, 1978

CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

CASSIRER, Ernest, 1874-1945. **A filosofia do iluminismo.** Álvaro Cabral (Trad.). 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

FALCON, F. J. C. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. **Ensaaios.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.

FRAGOSO, J. A. Plano de reforma da instrução pública para o Brasil. in. **Conjunto documental:** Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos.

Notação: códice 807, vol. 20, Datas-limite: 1768-1869 Título do fundo: Diversos

Códices – SDH, Código do fundo: NP, Data do documento: 29 de dezembro de 1821

Local: Rio de Janeiro, Folhas: 65 a 77 v.

GONÇALVES, I. G. Pombal e o período Inglês no Vice Reinado de Antonio Álvares da cunha – 1763-1767. **Ensaísmo UNICEP - CAHAP**, 2007.

GRAY, Jhon. **Voltaire.** São Paulo: Editora Unesp, 1999.

HISLDORF, M. L. S. **História da educação brasileira:** leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MACIEL, B.S.L. ; SHIGUNOV NETO, A. A educação brasileira no período Pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. In. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, V.32, n 3, p. 465-476, set/dez.2006.

ROSITO, M. M. P. **Aulas Régias: Currículo, Carisma, Poder - um teatro clássico?** Campinas: Programa de pós-graduação em educação - Universidade estadual de Campinas, 2002

SECO A. P. ; AMARAL. T. C.I. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira.** Disponível,<www.histedbr.com.br> acesso em 12/01/2008